

AGRICULTURA: ORIGEM E SOLUÇÃO DO DESEMPREGO NO BRASIL

Antonio Lício(1)

"que não se conte com as indústrias nem com o setor público para a geração de empregos nos próximos anos."

(Prof. Paulo Haddad)

A afirmação do conhecido e respeitado economista enseja a questão: em que setores, então, deverão ser gerados os empregos necessários ao equilíbrio de nosso tecido social?... serviços?... agricultura?

Sabe-se que o setor de serviços urbanos no Brasil (comércio, transportes, comunicações, serviços pessoais, financeiros etc.) é, em sua maior parte, diretamente vinculado à produção de bens materiais, oriundos da agricultura (inclusive agroindústria) ou da indústria de transformação de origem não-agrícola. Fora das grandes áreas metropolitanas a cadeia do agribusiness é determinante na formação de toda a renda e emprego desses serviços.

Exemplos de serviços autônomos em termos de geração de renda e emprego são poucos, embora crescentes, destacando-se o turismo, as comunicações/informação e alguns tipos de lazer. Resta pois o setor agrícola, entendido em seu sentido amplo, isto é, todas as atividades oriundas do campo (*agris*), e os servi-

ços a ele vinculados, como alternativa.

Lamentavelmente não há informações concretas quanto à responsabilidade da cadeia do agribusiness na formação do emprego no Brasil, mas alguns indicadores ajudam o entendimento do assunto e a Tabela 1 a seguir fornece uma aproximação. Vale a pena chamar a atenção para algumas de suas informações.

A População Economicamente Ativa (PEA) tem crescido à média de 1,5 milhão de pessoas/ano, o que é um número espantoso e perigoso, em termos da responsabilidade de geração de empregos. Como comparação, a União Européia não gerou sequer um emprego líquido nos vinte anos entre 1974-94 (*Lester Thurow, The Future of Capitalism, 1996*).

O setor agrícola - somente seu conceito convencional compreendido pelas atividades dentro das fazendas - é, individualmente, o maior empregador dentro todos os demais setores, tendo sido responsável por 27,5% e 26% de todos os empregos, res-

pectivamente em 93 e 95. Em segundo lugar está a *Prestação de Serviços* (17,7% e 19,1%) e em terceiro a *Indústria de Transformação* (12,8% e 12,2%). A soma dos empregos no agribusiness certamente ultrapassa 50% do total e em muitas regiões atinge a 100%.

Se o equacionamento da questão geral do emprego é crítica, ela torna-se dramática quando a região é o Nordeste. Nesta, a agricultura emprega diretamente 8,5 milhões (40% de toda a PEA regional) e ali se encontram as maiores dificuldades para a expansão da atividade pela via tradicional. Sua população total é de 44 milhões, o que amplifica extraordinariamente a perigosa relação de dependência ao setor. Essa massa humana já transborda aquelas fronteiras na atualidade, com sérias e imprevisíveis conseqüências sociais.

Outra importante fonte de referência da questão do emprego agrícola é a vinculação que pode ser feita entre a área plantada e a mão-de-obra por ela exigida. Através de coeficientes técnicos é possível associar-se o requerimento de mão de obra (em homens-hora ou homens-dia) por área e por cultura. A variação da área plantada em determinado período indicaria o movimento da demanda de mão-de-obra correspondente. Este trabalho foi muito bem desenvolvido pela Fundação SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados - do Estado de São Paulo. Por ele teria havido uma redução de 10% da força de trabalho nas lavouras entre 1989 e 95, ou cerca de dois milhões de empregos.

Esse número é corroborado pelos dados de área colhida e pessoal ocupado no setor. Segundo o IBGE, a área total de lavouras (todos os produtos) no Brasil atingiu seu máximo de colheita em 1989, com cerca de 52 milhões de

(1) Diretor do Departamento de Planejamento da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

ha. A partir da hiperinflação daquele ano o setor entrou em violento processo decadente, perdendo 5 milhões de ha em um só ano (safra 89-90), para em 1993 chegar a 44 milhões (menos 8 milhões) evoluindo para 47 milhões nas colheitas de 1994 e 95. Em 1996, em decorrência do necessário ajustamento ao Plano Real, perdeu mais 1,5 milhão de ha (45,5 milhões). A colheita de 1997 marcará a inflexão dessa curva, embora com um ainda pequeno acréscimo de área (500 mil ha), mas retornando-a à direção ascendente interrompida em 1989, desta vez em bases sólidas e duradouras. Não obstante, a produção nacional em quantidade (toneladas de grãos) aumentou de 71 milhões de toneladas (1988/89) para 78 milhões (96/97), com redução de área de 10% e incremento de produtividade de 22%.

O subsetor pecuário (bovino de corte e leite) teve, por outro lado, um aumento de pessoal de 100.000-150.000 no período considerado (nossa estimativa), partindo de uma base em torno de 400-500.000 empregos totais (dentro da fazenda), o que não invalida os resultados finais.

O índice de **pessoal ocupado (médio)** na agricultura situa-se em **0,35-0,4 ocupações por hectare**, derivado da ocupação total de 17-18 milhões de pessoas (PNAD, 1995) numa área total de 47 milhões de ha (somente ocupações diretas, *lavouras*).

Mantida essa relação, conclui-se que a perda de 8 milhões de ha entre 1989-93 expulsou do meio rural cerca de 3 milhões de pessoas, tendo reabsorvido um milhão nas safras 94-95-96. **Desemprego líquido: dois milhões.** Acrescentando-se os (des)empregos indiretos dos setores do agribusiness vinculados à agricultura, deduz-se que um mínimo de 3 milhões dos desempregados de hoje originam-se da crise rural deflagrada no final da década passada.

O total de desocupados no Brasil, na definição do IBGE e mostrado na Tabela 1 é de 4,5 milhões de pessoas ou 6% da PEA. Considerando-se que parte deste desemprego, entre 2-3%, é *friccional*, ou normal, a crise do setor agrícola explica praticamente todo o desemprego no Brasil e os conseqüentes flagelos urbanos, assim como a parte *legítima* dos movimentos reivindicatórios.

De fato, a indústria da construção e de transformação (inclusive a agroindústria) desempregou, no período 89-96, 200.000 e 600.000 pessoas respectivamente, o que reforça a idéia de repousar na agricultura a origem da crise (fonte: PME - IBGE e MTb).

A *Revista do BNDES* publicou, em seu número de junho/96, interessante artigo: *Modelos de Geração de Empregos Aplicados à Economia Brasileira: 1985-95*, de autoria de duas economistas de seus quadros (S. Najberg e S.A.Vieira). No trabalho as autoras analisam 42 setores da economia brasileira e avaliam os impactos de geração de renda e emprego a partir de uma *injeção de demanda* (demanda exógena) de R\$ 1 milhão.

Dentre os setores produtivos (excluindo os filantropos e assistenciais) a agricultura e agroindústria estão entre oito dos dez maiores geradores de renda e emprego que são, pela ordem:

- 1- agricultura: lavouras e pecuária
- 2- (confeções -artigos de vestuário)
- 3- indústria do café
- 4- abate de animais
- 5- laticínios
- 6- beneficiamento de vegetais
- 7- agroindústria do açúcar e álcool
- 8- (serviços domésticos)
- 9- ind. de óleos vegetais
- 10-madeira e mobiliário

Mesmo os setores considerados não-agrícolas dessa lista - confeções e serviços domésticos - podem estar ligados à renda oriunda da agricultura, pois o tecido da confecção a ela se vincula na maioria das vezes e os serviços domésticos só existem em certas regiões quando existe renda na agricultura.

Evidencia-se, mais uma vez, que tanto a origem como a saída do problema do desemprego está no setor agrícola.

O que fazer diante de tal quadro?

A primeira ação já foi realizada: ajustar o setor agrícola brasileiro a uma nova realidade nacional e mundial, onde os instrumentos de política e as condições de comercialização são outros, totalmente diferentes dos que prevaleceram no cenário das décadas de setenta e oitenta. Entender essa nova realidade é essencial para sobreviver no setor.

Ainda no curto prazo, há que se indicar os novos rumos ao setor, que incluem desde o costume com os novos instrumentos até com os rumos geográficos propriamente ditos: Norte, Nordeste, Noroeste, Centro-Oeste, Sul etc.

Nesse particular, o Governo Federal e especialmente o Ministério da Agricultura tem trabalhado na identificação das novas áreas viáveis à atividade, dentro da nova realidade. Assim, um mínimo de 25 milhões de ha foram identificados como aptos para **grãos** na área de influência do chamado *Corredor Araguaia-Tocantins* (partes dos estados de M. Grosso, Pará, Tocantins, Goiás, Maranhão e Piauí) e um mínimo de 20 milhões no Norte de M.Grosso e Rondônia (*Corredor Madeira-Amazonas*), sem contar com as terras boas para reflorestamento e pastagens. A maior parte dessas áreas detém aptidões agrícolas melhores que as áreas tradicionais do Sul e Sudeste e

preços muito inferiores. Seus únicos problemas são escoamento, cuja solução está no Programa de Corredores de Transportes Multimodais (ferrovia, hidrovia, rodovia), já em execução pelo Governo Federal.

No Nordeste semi-árido avaliou-se a existência de um milhão de ha para produção de frutas irrigadas com as melhores condições do mundo para essa atividade, imbatível em termos de geração de renda e emprego, que também é objeto de um programa especial do Governo Federal.

Tais regiões poderão repetir, com muita vantagem, o fenômeno da convergência migratória para Rondônia no passado recente, ou do norte do Paraná nos anos sessenta, para lá encaminhando brasileiros que desejam

trabalhar e se desiludiram com as metrópoles. A recuperação de 2 milhões de ha/ano de lavouras e a implantação de 100.000 ha/ano de fruticultura é viável, assegurando a criação de pelo menos um milhão de empregos/ano, diretos e indiretos.

Outra importante ação imediata mas com tramitação demorada seria a desoneração de encargos trabalhistas sobre a agricultura. Não se pode requerer do empregador rural - que mais emprega no País - a atual carga de obrigações burocráticas e trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamentos. Que se extraia esses recursos de outra forma e/ou outros setores (impostos gerais).

Conclui-se com esses dados que: 1) o equacionamento da questão do emprego no Brasil é

fundamental; 2) o nível de conhecimento e tratamento da matéria é insatisfatório por parte da sociedade, uma das razões que impedem um maior crescimento do setor agrícola; 3) uma *bombademprego* do tipo existente na Europa pode ameaçar nossa sociedade.

Nas universidades ensinam que a mecanização agrícola expulsa mão-de-obra do campo para a cidade, o que seria uma tendência universal e irreversível. O PIB agrícola, por outro lado, seria muito pequeno proporcionalmente para se esperar do setor grandes contribuições para a geração de empregos; duas grandes bobagens no caso do Brasil. Reside na área rural a solução do maior problema nacional: empregos.

Tabela I
BRASIL

População Economicamente Ativa - PEA
1993 - 1995 (Em milhões de Pessoas)

Posição na ocupação e ramos de atividade no trabalho principal	Período	Brasil (1)	Grandes Regiões					
			Norte Urb.	Nordeste	Sudeste	Sul	C-Oeste	
ocupadas								
Agrícola	1993	18,254	0,354	8,000	4,672	3,786	1,304	
	1995	18,154	0,344	8,499	4,328	3,616	1,227	
Indústria de Transformação ⁽²⁾	1993	8,539	0,262	1,347	4,854	1,781	0,292	
	1995	8,548	0,291	1,323	4,771	1,805	0,354	
Indústria da Construção	1993	4,289	0,178	1,117	2,039	0,632	0,313	
	1995	4,229	0,180	0,947	2,133	0,653	0,310	
Prestação de Serviços	1993	11,840	0,528	2,771	5,881	1,749	0,892	
	1995	13,305	0,585	3,120	6,802	1,953	1,026	
Social	1993	5,579	0,282	1,431	2,877	0,788	0,390	
	1995	6,044	0,291	1,530	2,884	0,904	0,425	
Administração Pública	1993	3,044	0,217	0,847	1,250	0,422	0,304	
	1995	3,210	0,239	0,867	1,309	0,454	0,338	
Demais Setores	1993	1,389	0,046	0,230	0,771	0,241	0,100	
	1995	1,334	0,043	0,217	0,747	0,240	0,067	
Total Ocupadas	1993	66,570	2,555	18,969	28,701	11,560	4,602	
	1995	69,629	2,740	19,971	29,991	11,934	4,797	
Total Desocupadas	1993	4,386	258	1,245	2,119	482	278	
	1995	4,510	270	1,110	2,172	619	333	
Total PEA	1993	70,956	2,813	20,214	30,820	12,052	4,880	
	1995	74,138	3,010	21,081	32,163	12,553	5,130	

(1) Exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclui Agroindústria

Fonte: PNAD 1993-95. IBGE